

A FACULDADE QUE FORJA MEMÓRIAS: O PAPEL DA ESCOLA POLITÉCNICA DA PARAÍBA NA FORMAÇÃO DE UMA MEMÓRIA DE CAMPINA GRANDE (1952-1958).

Rafael Porto Ribeiro*

RESUMO

O presente trabalho procura analisar a produção de uma memória sobre a cidade de Campina Grande - PB utilizando de discursos em volta da primeira instituição de ensino superior a se consolidar no local, a Escola Politécnica da Paraíba (1952-1975). Intencionamos investigar como os anos iniciais da Escola Politécnica foram retratados na mídia e no discurso de seus fundadores, relacionando esses discursos com o desenvolvimento de uma memória coletiva local. Ao tentar compreender o discurso favorável criado em torno da criação e consolidação da Escola Politécnica e suas relações com a criação de uma memória coletiva que obedeceria aos interesses de seus fundadores, procuramos contribuir para a discussão sobre os usos da memória e a influência do discurso midiático na formação da opinião pública sobre uma memória institucional.

Palavras-chave: Escola Politécnica, Memória, História de Elites.

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a memória nunca é uma prática simples, são levados em conta diversas variáveis, analisadas as configurações sociais, e, frequentemente, o pesquisador recorre aos relatos orais. O estudo sobre a memória e a oralidade necessita de cuidados especiais devido à complexidade da aplicação da teoria e da metodologia em pesquisas científicas.

O conceito de memória se estende para além da esfera de conhecimento da história (LE GOFF, 1988), desse modo, também é necessário o auxílio de outras áreas de conhecimento, como a psicologia e a psicanálise, a fim de um entendimento holístico sobre o tema.

O diálogo da história com outras ciências humanas e até com as ciências naturais só se tornou uma prática entre os pesquisadores a partir da chamada “revolução

*Aluno do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG. Bolsista CAPES/DS.

historiográfica” encabeçada pelos colaboradores da revista francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, a partir de 1929. Os *Annales*, como ficaram conhecidos, popularizaram entre os acadêmicos a metodologia interdisciplinar, relacionando com a história, além da psicologia e psicanálise, a sociologia e a antropologia (BURKE, 1991). É somente à luz dos *Annales* que os estudos sobre a memória se desenvolve, ainda que a chamada “história das mentalidades” (que, assim como os estudos sobre a memória, têm como foco objetos de estudo imateriais) tenha suas raízes em escritos publicados durante o século XIX.

A mídia exerce um papel determinante na formação da memória que é trabalhada pelos historiadores, pois é responsável por construir um discurso veiculado em materiais que sobrevivem mais facilmente às adversidades do tempo se comparado aos relatos orais, além de ter um alcance notavelmente extenso, influenciando uma maior parte da população. Além da durabilidade dos materiais, é frequente a preservação destes em arquivos, para que futuramente possam servir justamente como fonte para pesquisas em história.

Sobre a pesquisa em periódicos (controlados por aglomerados midiáticos que, com frequência, possuem arquivos e assim detém o poder de preservar e modificar a memória institucional), Cardoso afirma:

A imprensa constitui fonte inestimável de pesquisa. Ao utilizá-la, colocamos em debate não só o tema específico de nossas investigações, mas também a própria noção de fonte e os sentidos da história. Trabalhar com imprensa significa desvendar as interpretações sobre os fatos e informações, frutos de uma seleção que implica não só informar, mas difundir valores, projetos e visões de mundo. (CARDOSO, 2015, p. 151)

O estudo que tem como fonte a imprensa trabalha sobre um discurso específico, produzido com as intenções e opiniões do autor dessa fonte. Opiniões essas que estão relacionadas com o contexto socioeconômico e cultural do seu autor e do período de tempo o qual viveu/escreveu esse autor. A fonte em questão habilita ao historiador acesso ao texto escrito cujo conteúdo pode ou não ser apresentado ao leitor como “imparcial”, logo, mais próximo de uma “verdade”, expressão que legitimaria o seu conteúdo. O método como as notícias são veiculadas costumam diferir de um editorial para outro, de acordo com o público alvo e os interesses dos jornais.

Devido à legitimidade procurada pelo discurso midiático, este se torna uma fonte que representa uma noção de “verdade” dependente dos fatos contemporânea à notícia. Tal discurso servirá ao historiador que procura entender o que pensavam os responsáveis

pelos jornais e como transmitiam opiniões e fatos que julgavam mais pertinentes para seus leitores, que por sua vez construiriam uma memória sobre o período com o auxílio da seleção realizada pelos editoriais.

APRESENTANDO A ESCOLA POLITÉCNICA

A Escola Politécnica da Paraíba foi a primeira instituição de ensino superior a se consolidar na cidade de Campina Grande. Criada através da Lei nº 792 do ano de 1952 durante o governo de José Américo de Almeida, a Escola Politécnica era um desejo de grupos mais abastados da sociedade campinense durante os anos de 1950 (LOPES, 1989), devido, segundo argumentos elaborados por esses mesmos grupos, à demanda cada vez maior de uma instituição de ensino superior para os jovens e adultos que desejavam uma instrução técnica/científica, e que, na ausência de oferta de tal ensino superior na cidade, eram obrigados a se deslocarem para outras cidades e estados a fim de obterem qualificação. O surgimento da Escola Politécnica deu-se em um período de incentivo ao ensino técnico e superior, não só no Brasil como também localmente, através dos governos de características populistas de Getúlio Vargas (mandato de 1951-1954) e José Américo de Almeida (mandato de 1951-1956), que também fundaram através da lei nº 1366 de dezembro de 1955, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Apesar da Lei de criação da Escola ter sido promulgada em 6 de outubro de 1952, a Escola Politécnica só entra em funcionamento de fato a partir de 1954, com a realização do primeiro vestibular, classificatório para o curso de Engenharia Civil. A primeira turma contou com nove alunos, formados no ano de 1958, o mesmo ano em que o curso foi reconhecido pelo MEC.

Na década de 1960, a Escola Politécnica consolida-se através de projetos de expansão, mobilizados sob a gestão do diretor Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque (1964-1971). Essas ações tiveram como objetivo principal dar sustentação a novos cursos de Engenharia na Escola, sendo eles Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. Junto com os novos cursos, Lynaldo Cavalcanti organizou também a pós-graduação em nível de mestrado em Engenharia Civil.

Em 1976, a Escola Politécnica torna-se Campus II da UFPB, através da chamada reforma cêntrica - que constituiu parte da orientação política do Governo Federal para a Educação em nível superior. Com a reforma, a Escola Politécnica da Paraíba é dividida em dois centros – Centro de Humanidades (CH) e Centro de Ciência e Tecnologia (CCT).

Em 2002, através da lei nº 10.419 é criada a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), e o Campus II da UFPB é transformado em Campus I da nova universidade, junto com todas as instalações, discentes e docentes que usufruíam deste campus. Já no ano de 2012, o CCT da UFCG desmembra-se em mais dois centros administrativos: Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI) e Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN). Hoje, o Campus I da UFCG possui espalhado nesses três centros, oito cursos de Engenharia, além de dezenas de outros cursos de ciências exatas e/ou relacionados à tecnologia, transformando a UFCG em referência para o ensino superior na Paraíba e em toda a região nordeste.

OS ANOS INICIAIS

Com a sua criação aprovada através de lei em 1952, a administração da Escola Politécnica é prontamente formada, a fim de colocá-la em funcionamento. Organizam-se para comandar a Escola, os próprios idealizadores da Escola Politécnica, Antônio da Silva Morais², Max Hans Karl Liebig³ e José Marques de Almeida Jr⁴ e Giuseppe Gioia⁵.

Durante o período entre ter sido publicada a lei de criação da Escola Politécnica e o início das aulas, a administração da Escola se reúne para colocar em funcionamento a instituição, que apesar de oficialmente fundada, ainda era um projeto. A respeito desse período, Torres elucida as dificuldades encontradas pela administração:

(...) de acordo com [Antônio da Silva] Morais, o projeto da Escola Politécnica passaria a enfrentar as primeiras dificuldades práticas quando este ainda estava em tramitação nas instâncias superiores de ensino, devido às críticas e restrições impostas por outras escolas de Engenharia como a do Ceará e a de Pernambuco, que se posicionavam de forma cética quanto à viabilidade da Escola. Mas a conclusão do processo só foi favorável devido à atuação das chamadas “classes conservadoras”, que através da imprensa e dos debates

² Natural de Garanhuns-PE, Antônio da Silva Morais foi professor no Liceu Paraibano em João Pessoa, posteriormente mudou-se para Campina Grande em 1945, para trabalhar no Departamento de Produção Mineral. Devido a influência desse diretor e à infraestrutura do laboratório desse Departamento, surgiu a ideia de criar uma instituição que oferecesse o curso de Química Industrial. Essa ideia foi preterida frente ao projeto da Escola Politécnica, que poderia no futuro, oferecer além do curso de Engenharia Química (para atender à demanda do DPM), outras graduações na área de Engenharia

³ Max Hans Karl Liebig era professor em Campina Grande. Alemão de nascença e naturalizado brasileiro, após a fundação da Escola Politécnica participou de sua administração, assumindo cargos ao lado de Antônio Morais na direção da Escola.

⁴ Industriário na área de óleos vegetais, natural de Itabaiana-PB, José Marques de Almeida Júnior era formado em química industrial. Mudou-se para Campina Grande em 1942, para trabalhar no Departamento de Produção Mineral. Ao lado de Antônio Morais, sugeriu a ideia de ser Química Industrial o primeiro curso a ser oferecido na Escola Politécnica, por ser ele próprio formado na área.

⁵ Professor de matemática no ensino médio (então chamado de científico) e técnico em Campina Grande, fez parte junto com José Marques de Almeida Jr. e Max Hans Karl Liebig da comissão de criação da Escola Politécnica, responsável por interpelar o Governo do Estado e a comunidade campinense.

parlamentares, deram suporte político a essa iniciativa(...). (TORRES, 2010, p. 72.).

Importante notar a participação das “classes conservadoras” da cidade na efetivação do projeto. O apoio político que consistiu na veiculação de reportagens positivas através das mídias locais além dos debates dentro das câmaras municipais e estaduais é considerado crucial para que a Escola Politécnica entre em funcionamento. Posteriormente, o apoio à Escola através da mídia também contribuirá para a construção de uma memória sobre a instituição.

Percebe-se durante a fala do autor que os interesses das elites regionais dos estados vizinhos – especificamente os que já tinham cursos de Engenharia em funcionamento – conflitam com os interesses dos campinenses, forçando um embate entre os discursos.

Inicialmente, a Escola Politécnica começa a funcionar em um bloco do Colégio Estadual de Campina Grande, este fundado em janeiro de 1953. Cedido pelo governo do Estado, O bloco do Colégio onde funcionaria a Poli definiria a totalidade de seu patrimônio: do giz usado pelos professores para escrever no quadro às estantes quase vazias da biblioteca, a Escola Politécnica correspondia apenas ao que existia dentro do Colégio.

Idealizado durante o primeiro mandato municipal de Elpídio de Almeida e inaugurado pelo seu sucessor/antecessor Plínio Lemos⁶, o Colégio Estadual fazia parte da política voltada ao investimento na educação básica aplicada pelos dois prefeitos. Durante esses governos, que totalizaram quase uma década no poder, mesmo após a fundação da Escola Politécnica e o projeto de criação de uma faculdade de economia, o foco da política educacional era o ensino básico, como nos informa Stênio Lopes:

Elpídio de Almeida tinha um grande apreço à educação básica no município que administrava. Um dia, perguntei-lhe por que razões ele não dera prosseguimento à instalação da Faculdade de Economia criada no fim da administração de seu antecessor Plínio Lemos. Disse-me que não lhe parecia correto aplicar recursos em educação superior, quando havia tanto déficit na matrícula de crianças e adolescentes no ensino primário. No que estivesse ao seu alcance, construiria escolas na cidade e nos distritos. (LOPES, 2010 p. 42)

Por esse motivo os administradores da Escola Politécnica encontraram desafios para estabelecer a instituição, que ainda não contava com a infraestrutura adequada para o desenvolvimento do curso de Engenharia Civil, faltando laboratórios e equipamentos para as disciplinas práticas.

⁶ Elpídio de Almeida foi prefeito de Campina Grande em duas oportunidades: de 1947 a 1951 e de 1955 a 1959. Já Plínio Lemos governou entre os dois mandatos, de 1951 a 1955.

Através de negociações com o Estado protagonizadas pelo diretor Antônio Morais, a administração da Escola consegue um espaço físico próprio para a instituição, cedido por José Américo, e é feita a mudança para o prédio do então Grupo Escolar Solón de Lucena, situado no centro da cidade⁷, com todas suas atividades funcionando no novo local, inclusive a biblioteca da Escola e o processo vestibular para ingresso no curso de Engenharia Civil. Na nova localidade, a Escola Politécnica permanece até 1962, quando é finalizada a construção da sua sede definitiva no bairro do Bodocongó.

O prédio do Grupo Escolar, situado no centro da cidade (vizinho à prefeitura municipal, à Associação Comercial de Campina Grande e ao Grande Hotel), comportaria apenas a Escola Politécnica, e segundo os próprios administradores, era uma necessidade a mudança, ainda que para um espaço reduzido como aquele:

Pois bem, tínhamos conseguido aquele prédio para funcionar a Escola Politécnica, a sede da Escola que ia ser ali, um ambiente muito reduzido, muito limitado para uma escola técnica, que você vê hoje é quase uma cidade no bairro de Bodocongó. Mas finalmente era o jeito que tinha e a gente procurou se acomodar ali. (MORAIS, 2004, p. 10).

Como apontado por Antônio Morais, a mudança para o prédio do Grupo Escolar seria objetivamente temporária; a intenção da administração da Escola Politécnica era o funcionamento desta em um espaço que permitisse não só as atividades práticas de um curso de Engenharia Civil como também a expansão da instituição. Eventualmente, o espaço do grupo escolar, que inicialmente já não satisfazia os interesses da Poli, se tornaria insuficiente para os projetos de expansão previstos pela direção.

Como evidenciado pela fala de Morais, o espaço físico é reduzido e não há a possibilidade de execução de aulas práticas, visto que não existiam laboratórios no prédio. Levando em consideração as dificuldades enfrentadas pela administração da Escola Politécnica em conseguir o imóvel, o espaço tido como “insuficiente” para a instituição foi aceito, com receio de que a Escola não conseguisse espaço próprio.

Após as reivindicações tanto de Antônio Morais quanto de José Marques, Elpídio de Almeida cria em seu segundo mandato a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e Técnica (FUNDACT), e atribui a Morais o cargo de diretor. A FUNDACT é criada com o intuito de dar suporte à Escola Politécnica da Paraíba e às demais instituições de ensino superior da cidade, além de apoiar também o ensino técnico. Segundo Torres, a FUNDACT:

⁷ Atualmente funciona no prédio uma das sedes do Museu Assis Chateaubriand, de administração da FURNE.

(...) Tinha, entre seus objetivos, o de promover o desenvolvimento do ensino superior na cidade. Após ter sido decisiva para o sucesso da Escola Politécnica. Edvaldo de Souza do Ó e [José] Lopes de Andrade, na gestão do prefeito Williams Arruda, através da lei municipal nº 23, de 15 de março de 1966, transfere o patrimônio e renda da Fundação para a Universidade Regional do Nordeste. Assim a FUNDACT deixa de existir, ficando em seu lugar a Fundação Regional do Nordeste. Tendo sido transformada em 11 de outubro de 1987, pelo então governador da Paraíba, Tarcísio de Miranda Buriti. Deixando de ser a Universidade Regional do Nordeste (FURNe) para transformar-se em Universidade Estadual da Paraíba, reconhecida pelo Conselho Federal de Educação em 1996. (...). (TORRES, 2010, p.42).

A FUNDACT possuía capital e terrenos adquiridos da prefeitura que serviram à Escola Politécnica da Paraíba. Durante os anos finais da década de 1950, as solicitações de Moraes e Almeida Jr. foram atendidas por Elpídio justamente através dessa nova fundação. Não à toa, o próprio Moraes assumiu simultaneamente a direção da Escola Politécnica e da FUNDACT, até Edvaldo do Ó assumir a direção, durante a década de 1960. Tendo sido Edvaldo do Ó um protagonista no projeto de criação da Escola Politécnica e um entusiasta do ensino superior na cidade, sua nomeação também não fora em vão. Conseqüentemente, a FUNDACT, da sua fundação à extinção em 1966, esteve nas mãos do mesmo grupo.

Segundo ALMEIDA JÚNIOR (2004), a FUNDACT:

Possuía terrenos onde hoje é a UFCG em Bodocongó. O presidente dessa fundação [Antônio Moraes] propôs trocar o grupo escolar por este terreno, onde era a Escola Politécnica, mas esse terreno era ocupado pelo grupamento de Engenharia, que tinha granja, pocilgas, aviários... Era uma complementação para a alimentação do quartel, do grupamento de Engenharia de Campina Grande. Eu fui ao general, muito meu amigo, e esse grupamento de engenharia cuidava do reparo nas oficinas, do reparo da manutenção da frota, nos consertos dos veículos. Então o Coronel Queiroz me disse: vocês arrumem uma área equivalente a essa, que entrego o terreno a vocês. Ocorreu essa troca do grupo escolar Solón de Lucena com esse terreno da FUNDACT, o Prefeito deu um terreno, ou cedeu, não lembro muito bem, em Lagoa Seca, antiga Ipuarana, ao agrupamento de Engenharia, uma área maior do que essa área que eles ocupavam em Bodocongó. (ALMEIDA JÚNIOR. 2004. p 14-15)

É através da FUNDACT que Antônio Moraes entra em negociação com a prefeitura municipal para a obtenção do terreno do Bodocongó. Nos conta Almeida Jr. que o terreno, destino final da Escola, estava de posse de um grupamento do exército, que concordou em trocar por outro terreno próximo à Lagoa Seca. O espaço em Lagoa Seca, de posse da prefeitura, logo passou às mãos da FUNDACT que em seguida negociou com o exército para enfim iniciar as construções da Escola Politécnica.

Após passar por sedes provisórias, de propriedade de instituições de ensino básico, a Escola Politécnica adquire seu terreno próprio, onde até hoje se situa a “herdeira” UFCG, e dá início à construção da central de aulas e das instalações para apoio ao curso

de Engenharia Civil e possibilitar a abertura de outros cursos na área de Ciência e Tecnologia. As construções iniciaram por volta de 1960, sendo concluídas após dois anos.

Apesar de superada a dificuldade da falta de patrimônio imóvel da Escola Politécnica, outros problemas vieram à tona ainda durante a construção da sede da instituição – a principal adversidade foi a questão financeira: com poucos recursos destinados à Escola, o diretor Antônio Moraes viu como saída interpelar os deputados federais no Rio de Janeiro por mais verbas para o ensino superior em Campina Grande, enquanto os outros integrantes da direção da Poli supervisionavam a obra e aproveitavam para apelar à sociedade campinense mais apoio financeiro.

Os apelos em ambas as frentes deram resultado, tendo a direção da escola conseguido simultaneamente que a população campinense doasse dinheiro e materiais de papelaria à instituição e que o último repasse de verbas destinada à construção da Escola fosse enviado. O apoio dos cidadãos à Poli concentrou-se em duas ações: através da cobrança de uma taxa adicional na entrada de dois dos cinemas da cidade (cine Babilônia e Capitólio, ambos situados no bairro central) e na venda a crédito de materiais de papelaria por José Pedrosa, proprietário da Livraria Pedrosa⁸ e entusiasta do projeto de ensino superior em Campina Grande.

Durante todos os momentos da trajetória da Escola Politécnica – da fundação em 1952 aos dias atuais, a instituição figurou na mídia e nos discursos políticos de maneira a relacionar o desenvolvimento do ensino superior com a história de Campina Grande, atribuindo às características da cidade e de seus cidadãos a razão da Escola ter surgido, se expandido e se tornado referência em vários cursos de ensino superior oferecidos.

MEMÓRIAS SOBRE A ESCOLA POLITÉCNICA, MEMÓRIAS SOBRE CAMPINA GRANDE

Todos os indivíduos têm uma memória sobre o passado ao qual se apegam; é uma condição da humanidade e uma característica definidora da memória enquanto função biológica. Além de uma função biológica, a memória também é uma função social, na medida em que o indivíduo utiliza dessa função a fim de reforçar momentos anteriores considerados importantes para sua história e definidores de sua condição atual.

A memória que é estudada e definida pelos historiadores constitui-se então de uma função biológica humana aplicada socialmente, que recorre a momentos pré-

⁸ Livraria frequentada pelos intelectuais da cidade, situada nas ruas centrais.

selecionados do passado através da construção de um discurso, com o intuito de legitimar o espaço ocupado no presente. O caráter psicológico da memória também figura como objeto de estudo da história - ainda que seja utilizada em menor escala – pois a formação das memórias no ser humano, por ser uma função também dependente de estímulos externos (não só interações sociais mas também relações com novas tecnologias, vivência de traumas, etc.), é caracterizada socialmente, fazendo com que a própria maneira de como é constituída a memória nos seres humanos se torne tema para pesquisas históricas. (LE GOFF, 1988).

Sociedade é, por definição, um conjunto, uma “união de pessoas ligadas por ideias ou por algum interesse comum”⁹, logo, um agrupamento de indivíduos que possuem memória. Sendo assim, uma sociedade contém várias memórias em sua composição; eventualmente, as memórias mais recorrentes (independentemente do motivo da recorrência) se mostrarão mais persistentes, contribuindo para a construção da memória da própria sociedade, ocasionalmente distinguindo as memórias individuais de uma memória coletiva, ainda que esta última seja composta pela primeira. Conhecendo o potencial da memória coletiva e a capacidade desta de validar discursos, os grupos que possuem maior acesso às ferramentas formadoras de opinião fazem uso destas para moldarem-na de acordo com seus interesses, consistentes na repetição de um discurso e/ou silenciamento de discursos dissidentes (POLLAK, 1989).

O exemplo de Campina Grande torna-se evidente ao analisar as produções midiáticas a respeito da cidade, havendo uma memória específica sobre ela relativamente definida, situando-a como um lugar constituído por líderes bem-informados, políticos astutos e uma população com o espírito empreendedor e inovador. Até os dias atuais, os políticos da cidade utilizam dessa memória coletiva para atribuir a Campina Grande um sucesso em seu desenvolvimento – não sem atribuir a eles próprios uma parcela da responsabilidade.

Exemplos do uso dessa memória de Campina Grande podem ser encontrados nos símbolos oficiais que representam a cidade, como o seu brasão oficial. A utilização (e a própria oficialização) desses símbolos para propagandear um discurso representa a possibilidade de apropriação da memória coletiva da cidade.

⁹ Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/sociedade> acesso em 03/05/2017.



Figura 1: Logotipo da Prefeitura Municipal de Campina Grande no período 2012-2020.
Fonte: Site oficial da PMCG. Disponível em: <http://pmcg.org.br/> acesso em 03/05/2017

O logotipo da PMCG é composto pelo brasão da cidade, com os dizeres em latim: *Solum Inter Plurima* -“única entre muitas” e pela frase abaixo do escudo: “Campina Grande Cidade da Inovação”. Tanto a expressão em latim quanto a frase produzida durante a gestão do prefeito Romero Rodrigues Veiga (2012-2020) representam um discurso que compõe a memória da cidade: diferenciada entre as outras localidades. As criações do brasão e de sua respectiva frase datam de 1974, enquanto que o *slogan* fora elaborado em meados de 2012. A ideia de propagandear sobre as características únicas e/ou inovadoras da cidade antecede a produção de seu brasão atual, já que, os discursos apresentados através da mídia local (especificamente estudados nesse trabalho os que relacionam a Escola Politécnica à cidade situada) surgem décadas antes.

É a partir de 1952 que essa prática de formação de opinião começa a utilizar da Escola Politécnica da Paraíba para justificar o lugar de Campina Grande, enquanto que a ênfase da mídia na escola cresce em 1957 com as práticas do Diário da Borborema. Além da suposta demanda de educação de ensino superior existente em Campina Grande a Escola Politécnica viria para inserir Campina Grande no “caminho para o desenvolvimento”, visto que o grupo idealizador da Escola Politécnica enxergava a criação de uma instituição de ensino superior como a melhor solução para o progresso da cidade (SOUZA DO Ó, 1960) – os cursos escolhidos como pioneiros para a Escola Politécnica (Engenharia Civil, seguido de Eng. Elétrica e Eng. Mecânica) evidenciam a posição ideológica alinhada ao desenvolvimentismo¹⁰.

Desde o início do funcionamento da Escola, em 1954, personagens conhecidos na cidade, como políticos ou jornalistas, anunciam o “sucesso da Poli”, como sendo a primeira grande instituição de ensino superior em Campina Grande, argumentando também que a criação da Escola só foi possível graças ao empenho dos habitantes da

¹⁰ Política econômica centrada na produção industrial de base, em liberdades individuais e na extensa participação do estado como patrocinador da iniciativa privada.

cidade, que teriam demonstrado competência e generosidade ao pôr em prática um projeto de tamanha importância na vida dos cidadãos.

Um veículo midiático importante para a construção da memória coletiva de Campina Grande é o Diário da Borborema, periódico local de alcance em toda a cidade que circulou de 1957 a 2012. Podemos analisar reportagens e crônicas presentes nesse jornal a fim de verificar o método utilizado pela elite campinense apologista da Escola Politécnica para validar o seu discurso e reforçar a sua versão da memória da cidade. O representante dos Diários Associados em Campina Grande propagava na medida do possível os pontos de vista de desenvolvimentistas e apontava o caminho do progresso através do incentivo do estado à iniciativa privada, explorando opiniões endossadas por especialistas, apresentados como aptos a discutir o tema.

O apoio da mídia contemporânea a essa ideologia não é especificidade de Campina Grande. Outros periódicos no Brasil reiteram a perspectiva de que há um único caminho para o progresso, e que esse caminho é a partir das medidas tipicamente desenvolvimentistas. É o caso do jornal O Estado de Minas, nos anos 1950 (também de propriedade dos Diários Associados), como nos mostra Cardoso:

O jornal *Estado de Minas* foi um divulgador destas políticas de governo, publicando em suas páginas artigos que enfatizavam propostas para retirar Minas do atraso, dando ênfase aos investimentos em áreas estratégicas e na luta do empresariado pelo "engrandecimento de Minas". Tão importante quanto realizar as obras que compunham os planos de governo era trabalhar a imagem das realizações na ótica da positividade. (CARDOSO, 2015, p. 149).

A adesão à ideologia desenvolvimentista em Campina Grande também atraiu a prática jornalística de enaltecer as obras políticas nas áreas consideradas estratégicas (referente às áreas de atuação que, com o devido investimento, beneficia a toda a sociedade, acarretando em uma melhoria de vida para todos que possam usufruir da tecnologia) e divulgar os benefícios que as indústrias podem trazer a uma cidade. O método dos Diários Associados, aplicado pelo Diário da Borborema, é perceptível através da análise das crônicas publicadas pelo jornal.

Os anos de 1950 no Brasil são caracterizados pela sensível influência do contexto mundial do período posterior à Segunda Guerra Mundial tanto no aspecto econômico quanto no político. No sistema capitalista, deveria predominar o imediatismo tecnológico e o incentivo do estado nas áreas onde a iniciativa privada não pudesse desenvolver-se desajudada. Devido ao desenvolvimentismo predominar entre as ideologias discutidas pelas elites urbanas no país, a prática jornalística também se adequa aos ditames dessa política, tendo em vista que a mídia é um aparelho sob a administração dessas mesmas

elites. A influência das ideologias preferidas por esses grupos no jornalismo também é explorada por Cardoso:

Inserido nestas décadas de mudanças, o jornalismo brasileiro começa a apresentar outro perfil. Privilegiando a narrativa, os artigos possibilitavam ao leitor o acesso rápido aos principais acontecimentos do dia, selecionados pelo jornal. É possível observar certa padronização nos maiores jornais do país e o *Estado de Minas* é um exemplo disso: títulos em destaque, com subtítulos indicando o acontecimento relatado – inauguração, homenagem, comemoração ou outro -, notícias em colunas, imagens em destaque nas notícias consideradas principais e sempre enfocando o presente do acontecimento. Com aparência de neutralidade e “divulgador de verdades”, o sentido político da publicação é percebido no que é escolhido como matéria e nos espaços que cada uma delas ocupa nas páginas do jornal. (CARDOSO, 2015, p. 155)

O método utilizado no jornal pesquisado pela autora é bastante similar ao *modus operandi* do Diário da Borborema, como veremos adiante. Na medida em que as políticas econômicas pregam um imediatismo aliado ao apoio sistemático do estado à iniciativa privada, os jornais dão preferência às parcerias mais recentes e bem-sucedidas entre essas duas partes. A escolha do que deve virar notícia não é aleatória ou impensada: também segue os princípios editoriais – semelhantes através de todos os Diários Associados - que regem os jornais. A metodologia de apresentar as notícias de maneira aparentemente “neutras” no aspecto político coincide não só com os ditames do desenvolvimentismo como também com a própria prática da elite urbana campinense de alegar neutralidade e se considerarem “apolíticos”, ainda que tenham evidente conexão com os grupos diretamente no poder na Paraíba.

Convidar “autoridades” nos assuntos estratégicos era outra prática que se tornou comum entre os jornais da época. Ocasionalmente, os jornais abriam espaços em colunas e reportagens para que representantes das indústrias, tecnólogos e demais especialistas expusessem nas páginas diárias os fatos considerados importantes para esses conhecedores, normalmente acompanhado de explicações ou opiniões exaltando os responsáveis e procurando difundir certo “otimismo” para o desenvolvimento industrial, desprezando qualquer possível desavença e frequentemente ignorando reivindicações trabalhistas que surgissem no contexto dessas empresas (CARDOSO, 2015).

Um exemplo dessas práticas na cidade de Campina Grande está na participação de José Lopes de Andrade¹¹ como cronista do Diário da Borborema. O próprio Lopes de

¹¹ José Lopes de Andrade, nascido em julho de 1914, acumulou várias ocupações durante a vida. Formado em Estudos Sociais em Recife, foi cronista do Diário da Borborema e professor na Universidade Regional do Nordeste - URNE, além de Chefe da Casa Civil no Governo José Américo de Almeida (1951-1956).

Andrade estivera por trás do projeto de ensino superior para Campina Grande, sendo um entusiasta da Escola Politécnica e fazendo parte inclusive de seu corpo docente. Ao fazer parte também da equipe do Diário da Borborema, Lopes de Andrade representaria diretamente os interesses e as opiniões de uma elite campinense, incorporando o papel de conhecedor da “causa industrial”.

A Escola também é compreendida, segundo a opinião veiculada pelo Diário, como um dos maiores patrimônios de Campina Grande, fruto do trabalho e da dedicação de toda a população, responsável direta pelo início das atividades da Escola Politécnica e pelo seu posterior sucesso; é apresentada como reflexo da própria cidade e sua sociedade: um espaço formado através do trabalho, frequentado por indivíduos que almejam o desenvolvimento próprio e da cidade.

Em um editorial escrito por José Lopes de Andrade em 1958, a aproximação entre a Escola Politécnica e a cidade na qual está sediada é a característica mais trabalhada:

A diplomação da primeira turma de engenheiros civis pela Escola Politécnica da nossa cidade é um acontecimento de relevo que deve ser ressaltado convenientemente. Campina Grande pode hoje orgulhar-se de contar com uma Escola Superior que nenhuma outra cidade, no interior do país em toda a região Norte e Nordeste, conseguiu instituir e manter. Tal fato mostra o espírito de iniciativa dos campinenses e revela um sentido de iniciação de nossos técnicos e líderes sociais para problemas objetivos. Quando uma cidade interiorana criar uma Escola Superior, prefere via de regra, Direito, Farmácia, até mesmo Filosofia que são estabelecimentos pouco exigentes em matéria de equipamento, podendo ainda dispor de pessoal mais facilmente encontrável para a manutenção dos seus cursos. A existência de uma Escola Politécnica numa cidade de interior é sinal de que essa cidade já conta com certo respeitável número de técnicos, o que por si só indica progresso. Ora, Campina Grande vem mantendo sua Escola de Engenharia em condições bastante favoráveis. Uma equipe de engenheiros competentes e idealistas vem sustentando os difíceis encargos que implica a preparação de engenheiros civis. E não é só isso. Há um espírito de renovação do ensino de engenharia na Escola Politécnica de Campina Grande. Ela pretende formar profissionais para o tipo de trabalho existente na região, onde departamentos de construções do Governo vêm importando técnico de outras áreas, encontrando por sinal dificuldades no preenchimento dos seus quadros de engenheiros. Poucas capitais dos Estados do Norte e Nordeste possuem Escola de Engenharia. A de Fortaleza, por exemplo, que é a segunda mais importante cidade da região Nordeste, como Natal, Teresina, e São Luiz não possuem Escola de Engenharia, têm aproximadamente o mesmo período de existência da de Campina Grande. E a da Capital foi criada pelo governo da União! A Politécnica de Campina Grande constitui-se assim a mais viva demonstração da capacidade de realização dos campinenses. Ela deve ser considerada a menina dos olhos de nosso aparelho de ensino superior, resultado do esforço do idealismo de um grupo de profissionais dos mais ativos e capacitados de todo o Nordeste¹² (TORRES, 2010, p. 62)

Representou o Governo do Estado da Paraíba nas reuniões que discutiram a implantação de uma instituição de ensino superior em Campina Grande. Presente nas reuniões com a “sociedade campinense”, Lopes de Andrade demonstrou apoio à criação de uma instituição de ensino superior na cidade.

¹² ANDRADE, José Lopes de. Editorial publicado pelo *Diário da Borborema* em 16/12/1958.

Em seu texto, Lopes de Andrade defende a Escola Politécnica como o maior exemplo da “determinação” dos campinenses e de suas conquistas pelo progresso. No editorial, o autor argumenta para os leitores que Campina Grande é uma cidade pioneira, e que mesmo sendo uma cidade de porte menor e no interior da região Nordeste, é capaz de se manter em par com centros maiores e de maior tradição nas áreas que a Escola atua. Como no exemplo trazido de Stênio Lopes, os indivíduos que fazem a Escola são elogiados pelo empenho que designam à sua função, reforçando a identidade dos cidadãos que compõem a cidade como trabalhadores dedicados.

Já nos últimos momentos do editorial, o autor defende tratar a Escola Politécnica como a “menina dos olhos” do ensino superior na cidade, ou seja, dar preferência deliberada à referida instituição, que, por ser produto da própria sociedade campinense, também seria a mais ativa e produtiva dentre as instituições – como se as outras faculdades contemporâneas à Escola também não tivessem sido idealizadas e formadas por campinenses. O enfoque à Escola e a predileção pelo trabalho nela realizada pode ser traçado até a ideologia de teor imediatista do desenvolvimentismo, aliada à memória criada sobre Campina Grande que já a situa como um espaço do progresso tecnológico.

Não é em vão que a Escola Politécnica é propagandeada desde os seus primeiros anos de funcionamento. As características que definem essa instituição de ensino superior contribuem para a formação de uma memória de Campina Grande favorável aos ideais de sua elite. Tendo em vista a Escola ser um projeto pioneiro no estado, voltado à ciência, tecnologia e ao desenvolvimento, fundada apesar das dificuldades financeiras e com o apoio de toda a população, a identificação da cidade com a própria Escola é facilitada também através de notícias como as trazidas a este trabalho¹³. São definições da Escola que, perpetuados pelos discursos produzidos por seus idealizadores, adquirem legitimidade e tornam-se descrições consentidas pelos interlocutores.

É através da Escola Politécnica que a memória sobre Campina Grande se desenvolve a partir dos anos de 1950 para um caminho que valoriza o progresso científico-tecnológico, considerando que a Escola é apresentada apenas com características positivas, enaltecendo a capacidade da cidade e de seus habitantes de criar uma instituição de ensino superior com a própria força de vontade; além de se tornar uma

¹³ Em sua dissertação de Mestrado, concluída em 2010, José Valmi Oliveira Torres apresenta e analisa essas e outras publicações do Diário da Borborema, objetivando refletir criticamente sobre a construção do imaginário desenvolvimentista na cidade, que perpassa pelo próprio imaginário da Escola Politécnica da Paraíba.

ferramenta que justifica os *slogans* futuros da cidade, que se edificam a partir da história dessa instituição: Campina vira a “Capital do Trabalho”¹⁴ graças às oportunidades de emprego que surgem após o assentamento da Escola e à vontade dos que fazem a Escola de continuarem trabalhando, torna-se a “cidade da inovação” graças à cultura em inovação, ciência e tecnologia iniciada com a fundação da Escola, perpetuada até os dias de hoje, através da UFCG.

A construção de discursos sobre Campina Grande com o intuito de criar uma memória coletiva sobre a cidade frequentemente utiliza dessa “cultura da tecnologia e inovação”. Não é a única estratégia utilizada para a formação da memória coletiva/memória oficial de Campina Grande, mas, decerto, é a mais presente desde a metade do século XX. O caso de Campina Grande e Escola Politécnica da Paraíba representa a possibilidade de uma memória institucional dialogar com a memória coletiva de uma cidade, havendo influências mútuas na construção dessas duas memórias, que, certamente, são incorporadas e repassadas de acordo com os interesses de cada um que se utilize dessas memórias para justificar um posicionamento próprio.

¹⁴ O apelido, cunhado por Raimundo Asfora em discurso quando vereador (1955-1959) é utilizado até os dias atuais para se referir à cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURKE, Peter. **A escola dos Annales – 1929 – 1989: A revolução Francesa da Historiografia**. Tradução de Nilo Odália, São Paulo: Editora Unesp, 1991.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. **Desenvolvimento e modernização nas páginas do jornal *Estado de Minas* nos anos 1950**. In: PAULA, Dilma Andrade de, CORRÊA, Maria Letícia (org.). **Intelectuais e Desenvolvimento. Perspectivas da pesquisa em história**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 2ª ed. São Paulo: Unicamp, 1992.

LOPES, Stênio. **Escola Politécnica de Campina Grande. Uma experiência de desenvolvimento no Nordeste**. Campina Grande: Tecnal, s/d.

_____. **Campina Grande e Seu Destino: Uma Cidade de Muitas Conquistas e uma Grave Ameaça**. Campina Grande: Eduepb, 2014.

MOTOYAMA, Shozo. **Prelúdio para uma História: Ciência e Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos. Vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1989.

SOUZA DO Ó, Edvaldo de. Politécnica. **Primeira Escola Superior de Campina Grande**. Campina Grande: Editora Campina Grande Ltda., s/d.

TORRES, José Valmi Oliveira. **ESCOLA POLITÉCNICA E A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE CAMPINA GRANDE COMO PÓLO TECNOLÓGICO (1952-1973)**. Campina Grande, UFCG: 2010. Dissertação de Mestrado em História – UFCG.